

**UNIVERSIDADE DO
PORTO
REITORIA**

U. PORTO



arquivo
central

PASTA N.º 2705



CÂMARA MUNICIPAL DO
VEREADOR

SERVIÇOS GERAIS DO PORTO Direcção dos Serviços Administrativos Data de 7/12/87 Registo nº 97921.º 38.º P.º 352 Tomo 43. L.º 87 Direcção de Pessoal Direcção de Adm. Fin. e Ct. X
--

A ACESSORIA DE PLANEAMENTO
11 DEZ 1987

Magnífico Reitor da
Universidade do Porto

Em conformidade com a combinação havida na reunião realizada em 25 do mês findo, no edifício deste Município, cumpre-me identificar os técnicos da Câmara e dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento a integrar no Grupo de Trabalho ligado aos projectos de consolidação e ampliação das instalações que vão constituir os Polos 2 e 3 da Universidade do Porto:

Eng.º António Durão da Costa Pereira - Chefe da Divisão de Estudos e Construção de Arruamentos, a funcionar na Rua do Bolhão, nº. 192 - 6.º.

Eng.º Manuel Paulo Coelho Pimentel Cavaleiro - Director dos Serviços de Estudos e Obras dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento.

Apresento a V.Exs. os melhores cumprimentos.

Porto e Paços do Concelho, 3 de Dezembro de 1987.

O VEREADOR,

(Rafael de Campos Pereira)

RCP/MI.

Ref.º 52/87

- fazer com [illegible]
no Arq. [illegible]
21. 12. 87



CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO
ARQUIVO CENTRAL

*Co Exm. J. D. João Alpendurada
faz análise
J. M.
26 JAN 1988*

Magnífico Reitor da Universidade do
Porto

Professor Doutor Alberto Amaral

Meu Exm^o. Amigo

Junto envio a acta da reunião em que V. Ex^o. esteve presente, realizada nesta Câmara, em 25 de Novembro, passado, que expressa bem o mútuo entendimento, entre a Câmara Municipal e a Universidade, baseado, sobretudo, na defesa dos interesses da cidade do Porto, pela qual, quer o Presidente, quer o Reitor, ambos pugnam.

Espero, ainda, que os contactos com os Serviços desta Câmara estejam a decorrer dentro da melhor colaboração, cujo carácter sempre tenho procurado imprimir na gestão dos Serviços Municipais.

Com os meus melhores cumprimentos.

Porto e Paços do Concelho, 1988.01.15.

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

(Fernando Cabral)

Ref. 12/88
S.Actas MJ/AP

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, PRIVADA,
REALIZADA EM VINTE E CINCO DE NOVEMBRO
DE 1987.

Aos vinte e cinco dias do mês de Novembro do ano de 1987, pelas 9.40 horas, realizou-se uma reunião, nos Paços do Concelho, Sala da Vereação, onde estiveram presentes, o Exm^o. Presidente, Senhor Dr. Fernando Cabral, os Senhores Vereadores, Eng^o. João Lemos Costa e Rafael Campos Pereira e, ainda, o Senhor Reitor da Universidade do Porto, Prof. Doutor Alberto Amaral, e os Senhores Eng^o. Diogo Alpendurada, Arqt^o. Nuno Tasso Sousa, Eng^o. Artur Santos Leite, Eng^o. Diogo Rego, Arqt^o. Patrício Martins, Dr^a. Maria Teresa Pinto Machado, Eng^o. Gualdino Rocha, Eng^o. Queirós, Arqt^o. Álvares Ribeiro, Dr. Francisco Maia e Jorge Vilas.

Secretariou a reunião a Chefe da Secção de Actas, Sr^a. D. Maria Jorge Pinho Gomes.

ABERTURA DA REUNIÃO

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião, tendo-se dado início ao debate do primeiro ponto da Agenda de Trabalhos.

- APRESENTAÇÃO DO PROJECTO DE CONSOLIDAÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS INSTALAÇÕES UNIVERSITÁRIAS.

- O Senhor Presidente deu a palavra ao Reitor da Universidade, Senhor Doutor Alberto Amaral, que ilustrou a apresentação do tema com diversos slides.

Entre outros aspectos, focou a existência de um plano relativo às futuras instalações do Instituto Superior de Educação Física, cuja construção começaria, no próximo ano. E, apontando para um quadro, foi fazendo a descrição das partes fundamentais desse mesmo plano, onde seria construída uma piscina coberta, um pavilhão de ginástica, nas suas várias componentes e, outro, para desportos colectivos, tais como, andebol, basquetebol, etc. Haveria também toda uma outra série de instalações para desportos complementares e ainda residên

as universitárias.

O Edifício ficaria situado junto à Rua de Roberto Frias, na recta-guarda do Hospital de S. João.

Continuando, o Senhor Prof. Dr. Alberto Amaral, enumerou o custo de cada uma das edificações, incluindo a pista de Tartan e a remodelação do relvado do Estádio Universitário.

Iam lançar, ainda, o concurso de ideias para a construção da futura Faculdade de Engenharia que, segundo pensava, ficaria junto da zona da Faculdade de Economia, num terreno entre esta Faculdade e a Escola Superior de Educação e que corresponderia a um investimento da ordem de 4 a 5 milhões de contos, embora não fosse iniciada a sua construção, antes de 1991.

Finalmente, ainda no próximo ano e ao lado da Faculdade de Economia, fariam construir um "Business Innovation Center", que era um conjunto de empresas, que tinha já o financiamento assegurado pela Comunidade Económica Europeia. No momento, o projecto estava em fase de ultimateção, devendo ser iniciado no próximo ano.

Evidentemente que um conjunto de investimentos daquela natureza, e, nomeadamente, em instalações como eram as da Universidade, interessaria naturalmente a toda a Cidade.

A Universidade assumira um compromisso com a Municipalidade que no orçamento daquelas obras atenderia realmente aos interesses e às indicações da Cidade e, por outro lado, pediria, como era natural, o apoio da Cidade e da Municipalidade, para resolver as questões que viessem a surgir.

Para além daquele conjunto de problemas, tinham ainda outros dois de natureza específica. Um, referia-se à construção do Planetário, conforme acordos estabelecidos entre a Câmara e a Universidade, que daria todo o seu apoio técnico e disporia do terreno necessário, simplesmente, até àquela data, não tinham conhecimento do projectado e isso começava a causar-lhes algumas dificuldades, uma vez que já estavam a construir nessa zona. Portanto, gostariam de ter uma melhor definição do que seria o futuro edifício do Planetário.

Um outro problema que pedira para tratarem naquela reunião, ainda dentro do relacionamento entre a Câmara e a Universidade, dizia respeito à utilização comum na base de dados que fora criada pela Biblioteca Nacional. Isso implicaria, quer da parte da Câmara, quer pela Universidade, não só uns determinados investimentos, que seriam individuais, como também certos custos de manutenção e funcionamento.

A proposta que apresentava era a de estudarem a possibilidade de dividirem esses custos pelas duas Instituições, já que grande parte deles estava associada às comunicações e existiam, actualmente, possibilidades técnicas de compartilhá-las e, assim, dividir os encargos a suportar, nos próximos anos.

Numa primeira fase, era aquilo que pretendia expor. A seguir, pediria ao Senhor Arqtº. Luís Cunha, como Coordenador da Equipa Projectista, para fazer a sua intervenção sobre o Pólo 2.

Usando da palavra, o Senhor Arqtº. Luís Cunha informou estar efectivamente a tratar do Estudo do Pólo 2, situado a Sul dos terrenos do Hospital de S. João.

Aquele trabalho tinha uma história antiga, visto que já em 1973 fora feito um primeiro plano. Nessa altura, os critérios eram muito mais fluídos e a Universidade não tinha capacidade de intervenção directa. As próprias circunstâncias político-sociais do País tinham feito com que esse Estudo ficasse congelado, durante cerca de 10 anos.

Entretanto, o que se encontrava aprovado pela Universidade era apenas o Estudo Preliminar e o que no momento estava a fazer era o estudo do Ante-Projecto. Havia, portanto, toda uma indefinição em matéria de formas de edifícios, que pedia fosse tida em consideração, uma vez que só propriamente a estrutura geral é que estava determinada.

No local em referência, podiam dividir o Plano em cerca de três grandes zonas, relativamente caracterizadas:

Uma primeira, que ficava directamente a Sul do Hospital de S. João e que era no essencial constituída por uma zona de Parque e Actividades Desportivas.

Uma outra, limitada, a Nascente e a Poente, por duas grandes artérias, pela futura auto-estrada de ligação a Braga e por uma Rua, a Nascente do Hospital de S. João.

Por fim, uma terceira zona, a Nascente da Auto-Estrada, que correspondia sensivelmente aos limites que o Plano Director do Sr. Arqtº. Auzelle já havia proposto.

A certa altura, como exigência da própria Câmara, fora-lhes indicado haver interesse em não limitar a Zona Verde àquele grande Parque, de modo que todo o coração daquela Zona Universitária fosse constituído por uma espécie de corredor verde, que seria, evidentemente, aberto à Cidade, aberto ao público e, na medida do possível, os edifícios ficariam disseminados por

aquela grande mancha verde.

Julgava terem dado cumprimento àquela exigência, podendo-se verificá-la na leitura do Plano. Existia de facto toda uma faixa central, livre, predominantemente arborizada, que permitia um caminho contínuo e sem interferência de passagens das diversas vias, de maneira a ligar toda aquela extensão por caminhos de peões.

Na parte Sul do Hospital de S. João, ficava situado o ISEF, já apontad na maquette, pelo Senhor Reitor, que de facto se encontrava numa fase mais avançada do que o seu Plano.

A parte do Estádio Universitário ficaria a Poente do Edifício. Havia ali toda uma linha de água, bastante poluída, que se mantinha, mas que seria saneada e tratada, segundo esperavam, com a colaboração municipal, pois atravessava toda uma zona pública de estar e de lazer. Efectivamente, pensava que iria haver uma intervenção municipal, no sentido de colaboração, quer no plano legislativo, quer em qualquer tipo de obras, de modo a que toda aquela linha pudesse realmente ser beneficiada e tratada, para obterem água capaz de produzir pequenos lagos, sem os problemas que as indústrias anexas, no momento, causavam.

Havia, ainda, uma rectificação do perfil transversal daquela artéria, um desmembramento das faixas de rodagem, de modo a permitir que os acessos a toda aquela zona se fizessem com maior segurança, estando prevista, inclusivamente, uma passagem de peões, visto haver um desnível naquela Rua.

Por fim, descrevendo sumariamente a localização dos diversos edifícios da Zona, o Senhor Arqtº. Luís Cunha apontou, numa planta, a faixa ocupada pela Faculdade de Engenharia, de cerca de 16 ha, sublinhando que, naquele local pensavam manter, na medida do possível, as construções existentes, restauradas interiormente e complementadas de outras construções que permitissem fazer, ali, um núcleo de residências.

O espírito que prevalecia era criar-se um ambiente que não fosse excessivamente ligado ao tempo actual e tivesse a marca do passado.

Dos edifícios universitários previstos para aquele Pólo, além do da Faculdade de Engenharia, de que já falara, estava previsto um núcleo de instalações mais ou menos ligadas à Faculdade de Medicina, situado junto à parte Sul daquela mesma parcela, relativamente próximos da extensão do Cemitério, mas separados dele por uma cortina verde.

No extremo Nascente, estavam previstas uma futura Faculdade de Direito e uma Faculdade de Psicologia.

Depois, havia a instalação do BIC que ficaria fazendo ponte entre as Faculdades de Engenharia e Economia e, ainda, três grandes Núcleos de instalações sociais. Uma, que serviria de certo mais directamente um dos Núcleos, outra, na parte da parcela central associada a um edifício antigo com uma traça arquitectónica interessante e, finalmente, um outro Núcleo, na parcela Nascente.

Fizera ainda uma proposta de umas instalações hoteleiras, ligadas à Universidade, que constituíam uma espécie de porta de entrada naquele território universitário, pela parte Nascente.

A fase presente era de ante-projecto e estava a desenvolver a fase seguinte, ou seja, o Projecto propriamente dito. Tinha um certo número de ideias já alinhavadas e tentava concretizá-las, mas achava que seria ainda cedo para as expor.

Falaria, no entanto, do critério geral que tentava desenvolver no momento que, resumidamente, era no sentido de que todos os edifícios fossem em si relativamente fragmentados, não constituindo grandes conjuntos fechados sobre si, porque tratava-se de uma parcela muito grande da Cidade e pensava que ela devia ter a faculdade de penetrar em todos aqueles terrenos, dentro, naturalmente, das normas de segurança exigidas, mas sem aquela estanquicidade que muitas vezes acontecia em grandes núcleos como aqueles.

Assim, todas as suas propostas seriam no sentido de subdividir as diversas Faculdades em núcleos relativamente pequenos, a uma escala que se pudesse fundir com uma envolvência verde, onde existissem ligações funcionais entre os diversos edifícios, mas feitas de uma maneira relativamente fluida.

Gostaria de evitar o tipo de construção monumental e monolítica que tinha a sua expressão típica no Hospital de S. João e, nesse sentido, é que estava a desenvolver todo o seu Estudo.

Ao mesmo tempo, pensava que haveria que caracterizar toda aquela área, retomando-se algumas expressões dessa caracterização, que eram típicas das universidades antigas, ou seja, assinalar, de um modo evidente, as suas entradas, haver uma construção central que na imagem da população se identificasse com a própria imagem da Universidade, a exemplo das de Coimbra, Salamanca, Santiago, etc.

Muito embora soubesse que o Projectista tinha relativamente pouca influência, após o desenvolvimento do processo, havia, no entanto, todo um espírito que gostaria fosse implementado e que se traduziria numa arquitectura não exclusivamente modernista, mas que se combinasse um pouco com a arquitec-

tura do Porto, onde o clima por vezes também era intenso.

Estava, portanto, pronto a esclarecer qualquer pergunta que lhe fosse feita.

Retomando a palavra, o Senhor Reitor, Doutor Alberto Amaral focou uns aspectos que lhe pareciam fundamentais.

Em primeiro lugar, o cuidado do Senhor Arqtº. Luís Cunha em obedecer e cumprir as orientações recebidas da Municipalidade, no sentido de não fazer uma construção demasiado intensiva e manter uma mancha verde ao longo de todo o terreno.

Por outro lado, era intenção da Universidade, ao ocupar uma área tão extensa, abri-la, efectivamente, à Cidade.

Seriam mantidos ali uma série de jardins, ou relvados, que teriam a afluência do público, havendo também a intenção de as instalações desportivas, e, em parte, financiadas pela Direcção-Geral de Desportos, ficarem ao dispor da Cidade. Era o caso da piscina coberta, de 50 metros, que viria ter condições excelentes, salas para musculação, desportos de interior, tudo seria aberto à população da cidade do Porto.

Havia também a intenção de abrir parte das instalações desportivas às instituições do Ensino Secundário, não só para utilização como, naturalmente, para formação.

Relativamente ao Pólo 2, havia um problema concreto que apresentaria. É que, para Poente desses terrenos existiam outros, entre o Instituto Superior de Engenharia e o Instituto de Oncologia, que faziam parte desse Pólo e estavam a surgir pedidos para a Universidade os alienar.

Estudavam, criteriosamente, todos os casos apresentados, tinham accedido ao pedido feito pelo Instituto de Oncologia, uma vez que interessava a todo o Porto e, por outro lado, havia relações extremamente estreitas entre a Oncologia e a Faculdade de Medicina, o que pesara na decisão favorável, face àquele pedido.

Posteriormente, o Instituto de Veterinária pretendia ocupar parte dos terrenos, entre o Instituto Superior de Engenharia e a Oncologia, para ali fazer a construção de um Biotério que seria posto à disposição, nomeadamente, da própria Faculdade de Medicina e do Hospital de S. João.

De novo o parecer da Universidade fora favorável a esse tipo de desenvolvimento, libertando alguns terrenos, desde que para fins de interesse directo da Cidade.

7.

Simplesmente, eram de opinião que se devia manter, para Poente, o critério usado para Nascente, ou seja, a manutenção dessa zona verde e o impedimento de construções maciças nessa área e, por outro lado, gostaria de chamar a atenção para a circunstância de as instalações que seriam construídas ali corresponderem a uma população entre dez a quinze mil alunos e também já estava instalada naquele local a Universidade Católica com o Instituto de Biotecnologia. Posteriormente, tinham recebido um pedido, por intermédio da Câmara, para uma possível instalação da Universidade Portucalense.

A opinião que tinha era de que não lhe parecia razoável, nem viável, continuar a aumentar a concentração de estudantes nessa zona e achava ainda que conviria, quer à Cidade, quer à Universidade, manter ali uma certa reserva para o prolongamento das Instituições que já nela se encontravam - a Universidade, o Instituto Superior de Engenharia, a Oncologia, a Veterinária.

Já enviara um ofício aos Serviços da Câmara Municipal e seria conveniente terem uma reunião urgente, entre esses Serviços e a Universidade, para se estabelecer um critério quanto àquela área.

Em princípio, não viam como muito praticável a construção de mais instalações universitárias naquela zona, devido aos problemas de transportes e de enormes massas de estudantes e tinham depois dificuldades em possibilitar as futuras expansões, nomeadamente, da Oncologia, da Veterinária, do Instituto Superior de Engenharia, da Universidade Católica e da própria Universidade do Porto.

A seguir, interveio o Senhor Arqtº. Nuno Tasso de Sousa, anotando que o Pólo 3 surgia um pouco na sequência da prolongada assistência entre a Universidade e o Centro Histórico e também como resultado de alguma ocupação naquela área, junto à Ponte da Arrábida, consumada no Jardim Botânico, na construção do Centro de Citologia, na actual Faculdade de Letras e com a aquisição das diversas Quintas - Casa de Burmester e a Casa Primo Madeira - e daí se começara a desenvolver naturalmente aquele Pólo, que não era mais do que a continuação do Pólo 1, portanto, do Centro Histórico da Universidade.

Nessa linha, poderia parecer, à partida, que haveria uma incompatibilidade grande entre o tipo de uso que estava a ter aquele território, na sua função de lacete, de nó de ligação da entrada da Cidade da Ponte Arrábida, da Auto-Estrada.

De facto, depois de estudos e de diversas trocas de impressões com os Serviços da Câmara e outras Entidades, vinha-se verificando que essa incompatibilidade se fora vencendo e, por outro lado, se transformara numa compatibilidade, porque de facto uma Universidade tinha uma dimensão regional

e já não meramente urbana e, como tal, as suas trocas eram grandes, permanentes, especialmente, nos últimos anos, em que uma parte significativa dos alunos era das áreas envolventes da Cidade.

Assim, a proximidade de uma entrada na Cidade revelava-se extremamente útil e estratégica para aquele uso e vinha sendo, evidentemente, objecto de vários acertos na malha existente na área a prever.

Havia outro aspecto também de grande significado na mesma Zona, que pretendiam resolver, designadamente, no espaço entre a Rua D. Pedro V e a Arrábida, onde se situavam três aglomerados, três pequenas póvoas, como se poderia ver pela leitura do novo Plano da Cidade, logo nos estudos preliminares, em que as póvoas eram elementos geradores da grande Cidade e ali apareciam três elementos - o Alto da Pena, do Gólgota e da Arrábida - que, com aquele traçado viário de ligação à Ponte tinham ficado em situações de impasse com o restante tecido urbano. Daí que também fora preocupação da Universidade ocupar aquele terreno, vencer aquelas dificuldades, que não tinham tido solução desde a realização da Ponte.

Por outro lado, a Universidade apontara para vir a resolver outra situação que lhes parecia finalmente consumada, que era estabelecer outro eixo de ligação, Nascente-Poente, embora de menor peso do que a Rua do Campo Alegre e a Marginal, que seria a da Via Panorâmica, um tema que já vinha em discussão, desde o princípio do século, no urbanismo portuense, e que parecia que com o Pólo 3 poderia vir a ser consumado.

Todo aquele conjunto de aspectos era já de si um atractivo importante que a ocupação, por parte da Universidade, trouxera à dinamização e ao enriquecimento daquela área.

E como aquele território ficava numa fronteira, entre a plataforma, a cota alta, onde se desenvolvia grande parte da Cidade e as encostas do Rio Douro, surgiam, assim, duas formas de ocupação também diferenciadas, uma, ligada ao Campo Alegre, com uma ocupação densa, maciça e como proposta do Plano, de intenção bastante associada à morfologia de uma Cidade e, outra, sobre a encosta, com diferente modo de ocupação, que tinha mais a ver com a imagem do vale do Rio Douro, com o tipo de ocupação pré-existente das diversas Quintas que ali se situavam e, assim, um conjunto de edifícios espalhados, não preenchendo, com grandes massas, a superfície inclinada, exposta a Sul.

Havia ainda dois passos importantes de tratamento paisagístico da Cidade que eram, por um lado, ver se apoiavam, na prática, que se mantivesse uma estrutura visual do Vale do Rio Douro tal qual ela ainda surgia e que era possível manter e, por outro lado, também dar-se-ia início a um processo de recuperação de espaços exteriores, que eram as três Quintas, já propriedade

da Universidade, a Casa "Andersen Burmester" e "Primo Madeira", então, com a Quinta da Póvoa e outras quintas a virem eventualmente a ser integrada no conjunto, conforme o Plano previa.

Eram mais dois aspectos que revelavam o impacto e as intenções daquele Plano na imagem da Cidade.

O Senhor Reitor já enumerara um conjunto de edifícios que ali se localizariam e ainda alguns dos Centros que a Faculdade de Letras iria ter, tais como, o caso do Norte de Portugal, Aquitânia e os Centros de Linguística - História e Literatura - que também iriam ficar instalados naquela Zona.

No edifício "Primo Madeira", em pleno restauro, ficaria instalada a Casa dos Professores da Universidade do Porto, realização de grande qualidade.

De qualquer maneira, a capacidade de edificação prevista, naquela área, era de 160 500 m², com espaços exteriores da ordem dos 380 000 m², o que possibilitaria uma população, entre alunos, professores, serviços administrativos e pessoal de manutenção, da ordem dos 11 500 utentes, na sua capacidade máxima e um custo previsível daquele empreendimento, a preços de 1983, no montante de 3 760 000 contos.

Era de facto algo de muito significativo no desenvolvimento da Cidade e na proximidade do novo Centro da Rotunda da Boavista.

Mas, como já dissera o Senhor Prof. Doutor Alberto Amaral, não era possível realizar aquele empreendimento sem o apoio da Câmara. Davam-se os primeiros passos na sua concretização, logo, haveria necessidade de reforço o apoio, porque se levantavam problemas de diversa índole. Um, que seria a necessidade de interromper a Via Panorâmica, durante um período de uma determinada fase de execução da obra da Faculdade de Arquitectura e, portanto, seria preciso assegurar o acesso à área do Gólgota, durante essa fase, pelo que haveria que fazer-se um pequeno lacete provisório de ligação da Entrada Sul, a partir do acesso do Campo Alegre, junto aos Centros de Informática, para servir a população do Gólgota.

Teriam, ainda, de rever as velhas infra-estruturas existentes, nomeadamente, de águas residuais, pluviais, etc.

Supunha que a Universidade estava a realizar um protocolo com a Câmara Municipal do Porto, em termos de estudos e projectos de infra-estruturas, na linha das drenagens, no entanto, seria preciso encontrar soluções de curto prazo, para aquela área.

Por último, aquela zona ficaria num espaço de transferência, entre

Era, respondeu o Senhor Prof. Doutor Alberto Amaral, uma Fundação da Universidade, mas abririam a sua participação à Câmara e a outras Entidades. O facto era que a Universidade estava a ser crescentemente solicitada para a prestação de serviço no exterior, mas a estrutura de serviço público que tinha não se prestava a esse tipo de actuação. Queriam, pois, criar uma entidade de carácter privado, que estabelecesse a ligação entre a Universidade e o exterior - essa a finalidade da Fundação -.

No outro Pólo, existia o "Business Innovation Center" que, em síntese era como que uma cooperação entre a Universidade e a Banca, portanto, com a maioria dos Bancos representados nessa Fundação, nomeadamente, as Sociedades Capital de Risco e Empresas Privadas.

Relativamente àquele Pólo, havia de facto alguns problemas concretos. O primeiro, era o da Via Panorâmica. A construção da Faculdade de Arquitectura acarretaria a deslocação da Via Panorâmica em alguns metros, no sentido do Rio, naquela Zona, o que a Universidade faria, mas surgiria, certamente o problema do período das obras, portanto, conviria haver um encontro de carácter urgente para se resolver a questão e tomar decisões.

O segundo ponto, respeitante ainda àquela área, era relativo a infra-estruturas.

Nessa parte, o Senhor Reitor da Universidade pediu a intervenção do Senhor Eng.º Diogo Alpendurada, que focou o facto de, na construção daqueles dois Pólos, a Cidade vir a aproveitar a ocasião para remodelar, de parceria, as suas próprias redes terminais de infra-estruturas. Além de redes de drenagem de águas pluviais e residuais tinha também redes parcelares, como era o caso do abastecimento de água a toda a Zona Poente da Cidade.

A intenção seria que, naquela área, em que havia a construção de infra-estruturas, fosse constituída, em teoria e em abstracto, uma "Sociedade" para o lançamento do projecto e, depois, a execução daquela obra. É que tinha a ver muito directamente com os Pólos 2 e 3, mas talvez mais ainda com a Cidade uma vez que estavam em zona terminal, ou em zona de passagem de partes fundamentais de infra-estruturas.

Outra questão, e já ali abordada, era a da ripagem ligeira da Via Panorâmica. Era uma infra-estrutura que, depois, ia servir a população do Porto, no seu conjunto, e tinha muito a ver com uma ligação Nascente-Poente da Cidade, em cota de meia altura de escarpa. Estava garantida no Plano Geral do Pólo 3 e, por essa mesma razão, por ser uma via importante para a Cidade, haveria toda a vantagem de lançarem esse empreendimento, de uma forma concertada e coordenada.

De momento, eram aquelas duas questões-chave a abordar, uma vez que a filosofia de projecto, a sua concepção genérica, fora apresentada em tempo oportuno. Havia ajustes que concertiza vinham sendo introduzidos, sempre em colaboração estreita, entre a Câmara e a Universidade. Contudo, excepto essas questões de fundo, aquelas careciam de um tratamento especial.

Retomando a palavra, o Senhor Reitor da Universidade acrescentou que o terceiro problema, ainda relativo àquele Pólo, era de facto o Planetário.

A Universidade estava a avançar com os seus projectos e havia uma zona de cerca de 1 000 m² que, de acordo com a Câmara, fora deixada para o Planetário.

Usando da palavra, o Senhor Vereador Eng.º João Lemos Costa disse não valer a pena ir mais longe do que determinar a fatia necessária à instalação daquele edifício.

Seguidamente, numa planta, o Senhor Prof. Doutor Alberto Amaral foi apresentando o local onde, eventualmente, ficaria instalado o Planetário, foram focados os pontos relativos ao tratamento do problema da Via Panorâmica e realçados outros mais aspectos de real interesse.

Entretanto, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que tudo aquilo estava dependente do Plano Geral de Urbanização.

Voltando a intervir, o Senhor Eng.º Diogo Alpendurada disse que, do ponto de vista do traçado, o Planetário estava contemplado no Plano Geral do Pólo 3, que impunha que as linhas gerais tivessem a aprovação do Gabinete de Planeamento Urbanístico e do Plano Geral de Urbanização.

Mas a questão que levantava era só do lançamento da obra em si. A Universidade gostaria de ver participar a Câmara no processo, não em termos de financiamento, mas de especificação técnica, ou seja, inserir aquela obra, sobretudo nas especificações de natureza técnica, próprias da rede urbana da Cidade e da sua estrutura viária.

Essa era a preocupação que a Universidade sentia.

Por outro lado, estando todos aqueles conjuntos em fase de projecto, haveria vantagem das redes de apoio serem articuladas com as intenções e os planos dos SMAS e com os Serviços de Arruamentos.

É que era muito difícil para a Universidade fazer projectos parcelares com muitos interlocutores dentro da própria Autarquia. E, pelo contrário, a Autarquia poderia aproveitar aquela excelente ocasião para remodelar as suas redes, em duas áreas importantes da Cidade.

Usando da palavra, o Senhor Vereador Rafael Campos Pereira concordou que também ficasse integrado naquela obra um elemento da Câmara, dos SMAS e dos SMGE. Para isso, dentro de poucos dias, reuniria com sectores da área da Direcção dos Serviços de Obras e dos Serviços Municipalizados, a fim de ficar constituído um Grupo restrito de técnicos e depois entraria em contacto com os restantes técnicos da parte da Universidade.

Após a intervenção anterior, o Senhor Presidente sugeriu fossem criados Grupos Sectoriais de Trabalho, para cada uma das finalidades, em coligação com a Universidade. Um, relativo a infra-estruturas, com técnicos dos SMAS, dos SMGE e dos Serviços de Obras e, da parte da Universidade, também elementos ligados àquele Sector específico, a fim de dialogarem com eficiência.

O outro Sector, respeitante à Via de Cintura Interna, porque dizia respeito ao Gabinete de Planeamento Urbanístico e ao Plano Director que entraria muito em breve na fase de discussão pública, seria formado pelo Sr. Eng^o. Gualdino Rocha, a superintender na parte técnica, com os técnicos da Universidade, em relação à parte das vias, nomeadamente, da Via Panorâmica. Criar-se-ia, sobretudo, um elo de ligação entre a Universidade e a Câmara.

Outro problema, continuou o Senhor Prof. Doutor Alberto Amaral, que conviria concretizar, era o que dizia respeito à discussão dos terrenos a Poente do Pólo 2, entre o Instituto Superior de Engenharia e a Oncologia.

Sobre isso, o Senhor Vereador Eng^o. João Lemos Costa interveio, para dizer que era assunto da Direcção dos Serviços de Urbanização, mas seria simples de resolver porque negar-se-ia tudo o que viesse perturbar o equilíbrio necessário ao Pólo 2.

A acrescentar àquelas últimas palavras, o Senhor Presidente disse que seria necessário fundamentar a recusa de cedência daqueles terrenos, pelo que teria de ficar definido que a Universidade do Porto se pronunciaria perante os Serviços da Câmara, para que estes, por razões ponderadas, pudessem tomar uma posição razoável.

O Senhor Dr. Francisco Maia manifestou as suas dúvidas quanto

a um despacho da Câmara depender de parecer da Universidade e o Senhor Eng.º Queirós lembrou que a Universidade Portucalense já tinha apresentado um projecto de um pré-fabricado.

Em relação à Universidade Portucalense, o Senhor Presidente pediu ao Senhor Eng.º Queirós para dar conhecimento ao Senhor Dr. Francisco Maia, dos Serviços Jurídicos, e a Universidade prestaria os seus esclarecimentos, baseada no Serviço de Apoio Jurídico que também possuía, no sentido de fundamentarem as recusas.

A respeito do mesmo problema, o Senhor Eng.º Queirós informou o que existia na Câmara, relativamente ao pedido da Universidade Portucalense, a fim de ficar clarificada a situação, ficando de entrar em contacto com o Senhor Eng.º Diogo Alpendurada, no sentido de ser tomada a posição adequada, tendo sido informado pelo Senhor Reitor da Universidade do Porto que nenhum pedido lhes fora dirigido por aquela Instituição.

Quanto ao Planetário, também ficou estabelecido haver contactos entre o técnico da Universidade e os Serviços da Câmara.

A propósito, o Senhor Arqt.º Patrício Martins pediu alguns esclarecimentos, uma vez que no Plano Geral de Urbanização teria de ficar definida a classificação daquela zona e não podiam depois vir a fazer alterações.

Respondendo, o Senhor Eng.º Diogo Alpendurada disse que em conversa com o autor do Plano Geral do Pólo 2, fora-lhes transmitida a preocupação, aliás, genérica, dos Pólos Universitários, de tanto quanto possível fazer participar a vida da Cidade, entendida no seu sentido mais amplo, na vida dos Pólos Universitários, ou seja, fazê-la penetrar naqueles Pólos, com vantagens duplas para as duas Instituições.

Em reforço das palavras do Senhor Eng.º Diogo Alpendurada, o Senhor Prof. Doutor Alberto Amaral afirmou que de qualquer modo a Universidade vinha cumprindo rigorosamente o que ficara estabelecido, ou seja, não faria alterações, afectações ou desafectações de terrenos, sem o conhecimento prévio da Câmara. Não haveria nada que não fosse do conhecimento mútuo da Universidade e da Câmara.

Foram levantados casos de terrenos particulares, portanto, situações especiais e, a propósito, o Senhor Presidente referiu-se a uma deliberação tomada, na reunião camarária de 5 de Novembro, corrente, que salvaguarda-

va os direitos dos Municípios, pela qual os Serviços de Urbanização, a respeito de todos os processos em que existissem casos de terrenos de particulares, que tinham sido cativados pela Câmara, deles dessem conhecimento, para também serem apreciados.

Esperava que os Serviços de Urbanização não deixassem de cumprir a deliberação referida, pois ainda não tinham enviado qualquer processo dessa natureza aos Serviços de Apoio da Presidência.

Era semelhante o caso que estava em discussão. Tratando-se de terreno particular, a Câmara deliberaria a posição a tomarem.

Novamente no uso da palavra, o Senhor Reitor da Universidade afirmou que vinha sendo norma, em todas as aquisições naquela área, antes de se proceder à aquisição do terreno, pedir uma informação à Universidade do Porto. Sempre assim fora feito. Era pois de estranhar, tanto mais que os dirigentes da Universidade Portucalense eram, na sua generalidade, professores da Universidade do Porto.

O diálogo prosseguiu, até que o Senhor Presidente disse ser preciso definir, desde logo, com a máxima rapidez, o ponto da situação, porque se a Universidade Portucalense adquirira qualquer terreno no Pólo 2 seria preciso ter pedido uma licença e, então, aí haveria que ver se realmente o deferimento, ou não, da licença era compatível com o que estava anteriormente definido.

Urgia, pois, que os Serviços competentes fizessem o ponto da situação dos terrenos que pertenciam aos Municípios e que tinham deixado de estar cativados.

Segundo a opinião do Senhor Vereador Rafael Campos Pereira, seria de fazer-se um levantamento imediato de todas as situações em relação à deliberação camarária que fora referida pelo Senhor Presidente.

No caso que estavam a tratar ficava provado que houvera uma aquisição em âmbito privado que nem a Câmara, nem a Universidade conheciam e tais situações poder-se-iam repetir.

De novo no uso da palavra, o Senhor Presidente explicou que não podia permitir a continuação de uma situação de facto, que estava a prejudicar os Municípios e não haver qualquer equipamento social para suprir o que fora declarado como utilidade pública, em 1977, ficando os proprietários dos terrenos impedidos de fazer o que quer que fosse. Ou se avançava, ou entregavam-se as propriedades, o que não podiam era permanecer naquela indefinição.

Era o que acontecia relativamente ao Parque Urbano e outras mais situações.

No caso presente tinham também de tomar todas as cautelas.

Ficaria então criado um terceiro Sector, esse, que trataria o problema da Universidade Portucalense, no qual participariam os Senhores Eng^{os}. António Queirós e Diogo Alpendurada, respectivamente, pela Câmara e Universidade do Porto.

Focado o problema das habitações de estudantes, o Senhor Prof. Doutor Alberto Amaral deixou claro que o previsto ^{era que} com a construção da Faculdade de Ciências, na Zona do Campo Alegre, iria haver uma permuta das instalações, ou seja, a Reitoria saía do Cicap e passava para o edifício do Carmo, na Praça dos Leões, onde seriam mantidos os Museus e ficaria instalada uma Biblioteca e os Serviços Centrais da Reitoria.

O Cicap ficaria entregue à Polícia, que estava no momento instalada no Edifício do Governo Civil, ficando este de forma mais condigna, podendo aumentar as suas instalações. A Guarda Republicana naturalmente iria para a Maia e, em troca do Cicap, receberiam o Quartel da Guarda Republicana que seria utilizado, por um lado, para o Instituto de Biomédicas Abel Salazar e, por outro, para montagem dos Serviços comuns ao Instituto Abel Salazar e ao Hospital de St^o. António.

A Faculdade de Farmácia mantinha-se no local em que estava e a de Engenharia mudaria para a Zona do Hospital de S. João.

O que se pretendia fazer com a Faculdade de Engenharia era manter de facto o único edifício condigno, paralelo à Rua dos Bragas. Quanto aos restantes terrenos, pensavam vendê-los, para financiamento da construção da Faculdade de Engenharia, nas novas instalações. Quanto ao edifício de Psicologia, também seria vendido e iria para outras instalações.

Após a exposição do Senhor Reitor, o Senhor Vereador Eng^o. João Lemos Costa lamentou que a Câmara não tivesse conhecimento daqueles projectos para a Cidade e, no entanto, era uma Entidade que devia estar informada daqueles planos e realizações.

Reforçando a opinião emitida pelo Senhor Vereador, o Senhor Presidente referiu que efectivamente havia inaugurações na Cidade que ficavam desconhecidas da Câmara, o que de facto lhe parecia bastante estranho. Existiam ocupações de terrenos camarários, feitas por Entidades que não só não davam a mínima satisfação à Câmara, como também não lhe pagavam as taxas de-

vidas.

Em seguida, o Senhor Arqtº. Nuno Tasso expôs todo o plano de relação entre o bom funcionamento das Instituições, o que explicava a situação da Reitoria da Universidade do Porto, no Centro da Cidade.

E a discussão prosseguiu, voltando-se para o problema de prédios da Cidade desaproveitados, tendo ficado decidido fazer-se um estudo sobre aquele tema, criando-se um Grupo, no qual ficaria incluído o Senhor Professor Nuno Grande, um economista, um jurista e no qual participaria o Senhor Vereador Engº. João Lemos Costa.

Pretendendo ser elucidado, o Senhor Presidente perguntou se o Aquário da Foz era pertença da Faculdade de Ciências e se estaria previsto fazer-se ali qualquer obra de recuperação, pois a Junta de Freguesia lamentava que o edifício não tivesse sido aproveitado.

O interesse que tinha sobre aquele assunto era, explicou o Senhor Presidente, porque o Orçamento da Câmara era um pouco superior ao da Universidade, só com uma diferença. É que a Universidade era um Sector específico e a Cidade, por falta de meios, tinha de procurar encontrar fórmulas para poder obter algumas receitas.

Ora, depois de 23 anos de abandono, fizera obras de recuperação da chamada Casa do Rio e preparara um concurso, no sentido de poderem tirar alguma rentabilidade desse prédio, que finalmente fora cedido à Câmara.

O certo era que feitas as obras, gastos ali uns milhares de contos, aparecera um pedido feito pelo Instituto de Biomédicas Abel Salazar, para fazerem lá o Museu do Rio.

Respondera que as obras do interior teriam de ser feitas pelo concessionário e não recebera qualquer resposta a esse ofício. Gostaria então de saber se a Universidade teria conhecimento dessa pretensão.

Intervindo, o Senhor Reitor da Universidade informou que a Reitoria não tinha conhecimento oficial da apresentação de qualquer pedido nesse sentido.

Aliás, o que estava ainda em fase de estudo era eventualmente a construção de uma zoologia, ligada ao Rio e ao Mar, naquela Zona.

Estava esclarecido, respondeu o Senhor Presidente, mas tinha ainda um outro problema, ligado às instalações do "Seiva Trupe", no Campo Alegre.

Os responsáveis por aquele Teatro tinham-lhe transmitido as suas preocupações e prometera expô-las ao Senhor Reitor da Universidade.

Eles mantinham-se na expectativa do que viria a acontecer. Estaria também no âmbito da previsão da Universidade um espaço reservado àquele teatro?

No momento, respondeu o Senhor Prof. Doutor Alberto Amaral, a faixa de terreno ocupada pelo Seiva Trupe não seria utilizada antes de 1991.

Estava pedido ao Senhor Arqtº. Carlos Loureiro, a quem estava entregue aquela zona, para estudar se haveria viabilidade naqueles terrenos de arranjar uma solução alternativa para o Teatro.

Ficava então muito feliz, afirmou o Senhor Presidente, em saber que estava projectado um centro de cultura para uma zona que pudesse abranger o Teatro.

Retomando a palavra, o Senhor Reitor, Doutor Amaral, informou que a Universidade efectivamente projectara a construção de grandes anfiteatros, que poderiam tornar-se num grande centro de conferências, e estava também prevista a criação de uma zona para exposições.

Levantado o problema do Protocolo com a Biblioteca, o Senhor Prof. Doutor Alberto Amaral informou que ele ainda não fora assinado, embora já estivesse redigido. Por outro lado, esse Protocolo dizia apenas que a Universidade e a Biblioteca Nacional acordavam na utilização dos terminais e estabelecia que enquanto que a Biblioteca Nacional ficava responsável pela catalogação de todas as obras de autores portugueses, a Universidade do Porto, nas suas Faculdades, ficaria responsável pela catalogação das obras científicas de autores estrangeiros.

Isso implicava a instalação, na Universidade do Porto, de alguns terminais que teriam de utilizar uma linha telefónica, Porto-Lisboa, cujo aluguer, anual, orçava em cerca de 2 700 contos.

Ora, essa mesma linha telefónica, poderia ser usada, simultaneamente, pela Biblioteca e pela Universidade do Porto. Da parte da Universidade não poria qualquer objecção a que o equipamento de ligação ficasse instalado na Biblioteca, desde que depois pudesse fazer a ligação a esse mesmo equipamento e compartilharia nos custos das comunicações entre o Porto e Lisboa.

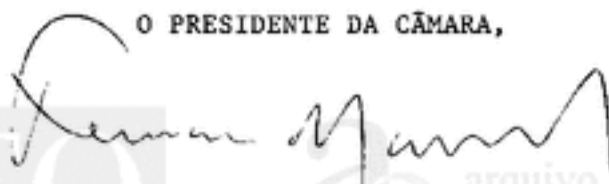
Haveria pois que redigir-se um documento onde ficasse registado que a Biblioteca e a Universidade utilizariam em comum a referida linha, com-

fy
prometendo-se, cada parte, a pagar metade do seu custo.

Ficou então deliberado que o Senhor Director da Biblioteca, Dr. Luís Cabral, elaborasse uma minuta de Protocolo, entre a Biblioteca e a Reitoria da Universidade do Porto, a submeter à Câmara e respeitante à cedência de dados, enviados pela Biblioteca Nacional, a serem fornecidos, por terminal, e utilizados, simultaneamente, pela Biblioteca e pela Reitoria, cujo equipamento seria instalado na Biblioteca Pública Municipal, comprometendo-se cada uma das Entidades a pagar metade dos custos de manutenção da linha telefónica Porto-Lisboa.

E nada mais se tratou, tendo o Senhor Presidente declarado encerrada a reunião, eram 12.10 horas.

O PRESIDENTE DA CÂMARA,



U. PORTO

arquivo central

S.Actas

MJ/AP